

... continuação

10. Empréstimos e financiamentos		2021		2020	
<b>Moeda nacional</b>					
BNDES	42.737	47.602			
(-) Circulante	(5.012)	(5.009)			
<b>Não circulante</b>	<b>(37.725)</b>	<b>42.593</b>			
Em 04 de outubro de 2013, a Companhia firmou contrato de financiamento junto ao BNDES, no montante de R\$ 73.524, com vencimento final em 15 de setembro de 2030. A primeira tranche, no montante de R\$ 57.510, foi liberada no dia 29 de novembro de 2013, a segunda tranche, no montante de R\$ 5.356, foi liberada em 27 de agosto de 2014, a terceira tranche, no montante de R\$ 7.703, foi liberada em 23 de dezembro de 2015, a quarta tranche no montante de R\$ 302, foi liberada em 18 de agosto de 2017. Em 24 de maio de 2019 foi liberada a última tranche no montante de R\$ 88. O valor do contrato foi alterado através do 1º Aditivo, passando de R\$ 73.524 para R\$ 71.039 e desta forma, não há mais valores a serem liberados para este contrato.					
<b>a) Movimentação</b>					
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>52.498</b>				
Encargos provisão de juros	3.545				
(-) Juros pagos	(3.573)				
(-) Amortização do principal	(4.868)				
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>47.602</b>				
Encargos provisão de juros	3.192				
(-) Juros pagos	(3.189)				
(-) Amortização do principal	(4.868)				
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>42.737</b>				
<b>b) Garantias:</b> O financiamento de longo prazo do BNDES foi concedido sob a modalidade de <i>project finance</i> , ou financiamento com garantias de projeto, onde constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da Companhia.					
<b>c) Prazo de vencimento:</b> O montante a longo prazo tem a seguinte composição consolidada, por ano de vencimento:					
	2021	2020			
2022	-	5.009			
2023	5.009	5.009			
2024	5.009	5.009			
2025 a 2030	27.707	27.566			
<b>Total</b>	<b>37.725</b>	<b>42.593</b>			
<b>d) Covenants:</b> Os contratos de empréstimos realizados junto ao BNDES possuem cláusulas de obrigações especiais que requerem o cumprimento de determinados índices financeiros ( <i>covenants</i> ), conforme segue: (i) Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) superior a 1,30x (um inteiro e três décimos), apurado anualmente conforme cálculo (ICSD = (Geração de caixa/SD)), comprovado mediante a apresentação de demonstrações contábeis auditadas, no período de 12 meses. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 as cláusulas restritivas estavam sendo cumpridas pela Companhia.					
<b>11. Outras contas a pagar</b>					
Antecipações CCEE	438	1.610			
Outros	468	198			
<b>Total</b>	<b>906</b>	<b>1.808</b>			
Circulante	(776)	(1.688)			
<b>Não Circulante</b>	<b>130</b>	<b>120</b>			
<b>12. Patrimônio líquido – a) Capital social:</b> Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social da Companhia é de R\$ 39.087, subscrito e integralizado por pessoas jurídicas nacionais, representado da seguinte forma:					
	Ações 2021	Ações 2020			
ADS ER Complexo Eólico Corredor dos Senandes S.A.	39.136.688	39.136.688			
ADS ER Energias Renováveis S.A.	1	1			
<b>Total</b>	<b>39.136.689</b>	<b>39.136.689</b>			
<b>b) Reservas de lucros:</b> De acordo com o estatuto social, as importâncias apropriadas às reservas de lucros são determinadas como descrito a seguir: (i) <b>Reserva legal:</b> É constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até alcançar 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do valor da reserva de capital, exceda a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia destinou o montante de R\$277 (R\$ 200 em 2020) para reserva legal.					
<b>a. Distribuição de dividendos</b>					
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>			
(-) Constituição da reserva legal	(277)	(200)			
Base de cálculo dos dividendos	5.536	4.006			
<b>Dividendos mínimos obrigatórios (25%)</b>	<b>(1.315)</b>	<b>(952)</b>			
<b>(ii) Reserva especial</b>					
Em 31 de dezembro de 2017, os administradores da Companhia, com vistas a evitar o comprometimento da gestão de caixa e equivalentes de caixa da entidade e conforme o seu plano de investimento, destinou a parcela de 25% do lucro líquido ajustado, equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, no montante de R\$ 512, para a constituição da reserva especial, conforme art. 202 § 4º da Lei nº 6.404/76. Para o exercício o saldo permanece igual.					
<b>13. Receita líquida de vendas</b>					
<b>Receita bruta de vendas</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>			
Receita com venda de energia	17.438	17.457			
Direitos a faturar	555	-			
(-) Impostos sobre venda	(656)	(656)			
<b>Receita líquida de vendas</b>	<b>17.337</b>	<b>16.801</b>			
<b>14. Custo dos produtos vendidos</b>					
Depreciação e amortização	(5.069)	(4.962)			
Serviços de terceiros	(878)	(1.658)			
Manutenção e conservação	(1.197)	(977)			
Com pessoal	-	(6)			
<b>Total</b>	<b>(7.144)</b>	<b>(7.603)</b>			
<b>15. Despesas gerais e administrativas</b>					
Serviços de terceiros	(12)	(111)			
Materiais diversos	(5)	(252)			
Outros	(365)	(289)			
<b>Total</b>	<b>(382)</b>	<b>(652)</b>			
<b>16. Resultado financeiro</b>					
<b>Despesas financeiras</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>			
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 10 (a))	(3.192)	(3.545)			
Juros, taxas e comissões bancárias	(69)	(94)			
Juros passivos de arrendamento	(25)	(15)			
<b>Total</b>	<b>(3.286)</b>	<b>(3.654)</b>			
<b>Receitas financeiras</b>					
Juros de aplicações financeiras	524	234			
<b>Total</b>	<b>524</b>	<b>234</b>			
<b>Resultado financeiro</b>					
<b>17. Imposto de renda e contribuição social – a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>			
<b>(i) Imposto de renda</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>			
Receita bruta de vendas de energia	17.438	17.457			
Direitos a faturar	555	(19)			
Base de cálculo sobre receita bruta (8%)	1.439	1.395			
Receita financeira	524	234			
Base de cálculo do imposto de renda	1.963	1.629			
Adicional	175	136			
<b>Imposto de renda do exercício (15%)</b>	<b>470</b>	<b>380</b>			
<b>(ii) Contribuição social</b>					
Receita bruta de vendas de energia	17.438	17.457			
Direitos a faturar	555	(19)			
Base de cálculo sobre receita bruta (12%)	2.159	2.093			
Receita financeira	524	234			
Base de cálculo da contribuição social	2.683	2.327			
<b>Contribuição social do exercício (9%)</b>	<b>242</b>	<b>209</b>			
<b>Despesas com imposto de renda e contribuição social</b>					
<b>18. Lucro por ação</b> – O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo), atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.	<b>2021</b>	<b>2020</b>			
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	5.536	4.006			
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	39.087	39.087			
<b>Lucro básico por ação – R\$</b>	<b>0,14</b>	<b>0,10</b>			
<b>19. Seguros</b> – A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas da administração, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia contratou os seguintes seguros que englobam todos os parques eólicos da ADS:					
<b>Modalidade</b>					
Responsabilidade civil geral	31 de julho de 2022	15.000			
Riscos operacionais	31 de janeiro de 2023	778.864			
<b>20. Provisão para riscos</b> – A Companhia não possui processos passivos em aberto, independente da probabilidade de perda para a data base de 31 de dezembro de 2021 e 2020.					
<b>21. Demonstração do fluxo de caixa</b> – A seguir demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.					
			<b>31 de dezembro de 2021</b>		
Adições no ativo imobilizado			162		
<b>Efeito no caixa líquido nas atividades de investimento</b>			<b>162</b>		

Maury Eduardo de Carvalho Bastos – Diretor Presidente

Rodrigo Miranda Simões – Contador CRC - 1SP 250.809/O-7

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis**

Aos Acionistas e Administradores da ADS ER Eólica Corredor do Senandes IV S.A. Hortolândia-SP

**Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da ADS ER Eólica Corredor do Senandes IV S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ADS ER Eólica Corredor do Senandes IV S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência

de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam

as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas,

se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 22 de abril de 2022.

**Grant Thornton**  
Auditors Independentes  
CRC 2SP 025.583/O-1

**Élica Daniela da Silva Martins**  
Contadora  
CT CRC 1SP 223.766/O-0

**BAIXE O APP JC**

DISPONÍVEL NO Google play

DISPONÍVEL NA App Store

**ÚLTIMAS NOTÍCIAS E VERSÃO PARA FOLHEAR!**